
**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA EGESA ENGENHARIA S.A.**

entre

EGESA ENGENHARIA S.A.

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário

e, ainda,

Sr. ELMO TEODORO RIBEIRO

como Interveniente Garantidor

e

Sra. ANA LUIZA DIAS BATISTA TEODORO RIBEIRO

na qualidade de Interveniente Anuente

Datado de
20 de junho de 2011



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EGESA ENGENHARIA S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado,

EGESA ENGENHARIA S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Henriqueto Cardinalli, nº 200, Olhos D'Água, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.186.461/0001-01, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão de titulares das debêntures de terceira emissão da Companhia, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, como interveniente garantidor,

Sr. ELMO TEODORO RIBEIRO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº MG-1.311.338, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 019.385.509-78, casado sob o regime de comunhão universal de bens com a Sra. Ana Luiza Dias Batista Teodoro Ribeiro, qualificada abaixo, ambos residentes e domiciliados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Praça Dep. Renato Azeredo, nº 260, apto nº 1.301, ("Fiador");

e, como interveniente anuente,

Sra. ANA LUIZA DIAS BATISTA TEODORO RIBEIRO, brasileira, artista plástica, portadora da carteira de identidade nº MG-5.386.976, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, inscrita no CPF/MF sob o nº 922.697.456-04, casada sob o regime de comunhão universal de bens com o Sr. Elmo Teodoro Ribeiro, qualificado acima ("Interveniente Anuente"),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

CONSIDERANDO que as Partes celebraram, em 7 de julho de 2010, o "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Egesa Engenharia S.A." ("Escritura"), o qual regerá os termos e condições da distribuição pública de 250 (duzentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantias adicionais, em série única, da terceira emissão da Companhia ("Oferta" ou "Emissão" e "Debêntures", respectivamente);

CONSIDERANDO que a Oferta e a prestação de garantias adicionais pela Companhia foram aprovadas por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 17 de junho de 2010 ("AGE de 17/06/10"), cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 05 de julho de 2010, sob o nº 4366922, e publicada, em 18 de junho de 2011, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Hoje em Dia";

CONSIDERANDO que, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de junho de 2011, cuja ata será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Hoje em Dia", os acionistas da Companhia deliberaram: (a) alterar determinadas condições da Oferta, conforme deliberado na AGE de 17/06/10; (b) aprovar a prestação, pela Companhia, de nova garantia adicional no âmbito da Oferta; e (c) alterar o percentual relativo às garantias adicionais prestadas pela Companhia no âmbito da Oferta, conforme deliberado na AGE de 17/06/10; e

CONSIDERANDO que, em 22 de dezembro de 2010, o Sistema Petrobras autorizou expressamente a cessão fiduciária em garantia de parcela dos direitos creditórios decorrentes do contrato de prestação de serviços de número 8500.0000059.09-2;

CONSIDERANDO que, em 9 de maio de 2011, o Sistema Petrobras autorizou expressamente a cessão fiduciária em garantia de parcela dos direitos creditórios decorrentes do contrato de prestação de serviços de número 8500.0000051.09-2;

CONSIDERANDO que as Partes, em conjunto e por conta do disposto acima, decidiram alterar determinados termos e condições da Escritura, conforme aqui disposto;

RESOLVEM as Partes aditar e consolidar a Escritura, por meio do presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Egesa Engenharia S.A." ("Primeiro Aditamento"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura.
2. Alterar o item 1.1.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de junho de 2010 ("AGE de 17/06/10") e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de junho de 2011 ("AGE de 17/06/11" e, em conjunto com a AGE de 17/06/10, "AGEs"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nas AGEs; e (c) a constituição das Garantias Reais, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")."



3. Alterar o item 2.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada."

4. Alterar o item 2.1.2. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários."

5. Alterar o item 2.2.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.2.1. A ata da AGE de 17/06/10 foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 5 de julho de 2010, sob o nº 4366922 e publicada em 18 de junho 2011 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Hoje em Dia" ("Jornais de Publicação"). A ata da AGE de 17/06/11 será registrada na JUCEMG e publicada nos Jornais de Publicação."

6. Alterar o item 2.4.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.4.1. As garantias adicionais descritas na Cláusula 3.8 abaixo foram aprovadas pelas AGEs e serão devidamente constituídas mediante o registro dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devendo a Emissora encaminhar uma via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis."

7. Alterar o item 2.5.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.5.1. Em virtude da fiança a que se refere a Cláusula 3.9 abaixo, a ser prestada pelo Fiador em benefício dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada nos cartórios competentes, devendo a Emissora encaminhar uma via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis."

8. Alterar o item 2.6.2. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476."

9. Alterar o item 3.3.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 160.000.000,000 (cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão")."

10. Excluir o item 3.6 da Escritura e, consequentemente: (i) renumerar os itens 3.7, 3.8, 3.9 e 3.10 e respectivos subitens; e (ii) ajustar ao longo da Escritura as referências a tais itens e subitens renumerados, conforme aplicável.

11. Alterar o item 3.6 e seus subitens 3.6.1 e 3.6.2 da Escritura, antigos item 3.7 e subitens 3.7.1 e 3.7.2, respectivamente, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"3.6. Banco Mandatário e Banco Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e banco escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.6.2. O Banco Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures."

12. Alterar o item 3.7.1, antigo 3.8.1, da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia, promovendo assim o alongamento do perfil da dívida da Companhia."

13. Alterar o item 3.8 e seu subitem 3.8.1 da Escritura, antigo item 3.9 e subitem 3.9.1, respectivamente, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"3.8. Garantias Adicionais Reais

3.8.1. Conforme aprovado pelas AGEs, as Debêntures contarão com as seguintes garantias adicionais reais (em conjunto, "Garantias Reais"): (i) cessão fiduciária sobre parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes dos contratos de prestação de serviços de número 8500.0000059.09-2 e 8500.0000051.09-2 celebrados pela Companhia como parte integrante de consórcio, de um lado, e quaisquer das sociedades integrantes do Sistema Petrobras, do outro lado ("Direitos Creditórios de Prestação de Serviços"); e (ii) cessão fiduciária sobre os créditos bancários de titularidade da Emissora ("Créditos Bancários")



disponibilizados na conta vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável pela Companhia ("Conta Vinculada"), a ser mantida na instituição financeira que atuará como banco depositário ("Banco Depositário"). As Garantias Reais serão constituídas nos termos de instrumentos particulares de cessão fiduciária em garantia a serem celebrados, até a data de liquidação, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e a(s) sociedade(s) integrante(s) do respectivo consórcio, na qualidade de interveniente(s) anuente(s) ("Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios")."

14. Incluir o item 3.8.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.8.1.1. Observado o disposto no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e na Cláusula 6.2 desta Escritura, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com sociedades integrantes do Sistema Petrobras deverá, durante toda a vigência das Debêntures, corresponder a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures."

15. Incluir o item 3.8.1.2. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.8.1.2. Os Créditos Bancários cedidos fiduciariamente englobarão, para todos os fins e efeitos, os recursos integrantes de reserva de garantia a ser constituída, nos termos do respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em até seis meses contados da data da subscrição das Debêntures mediante o depósito na Conta Vinculada de montante equivalente a 300% (trezentos por cento) do resultado do somatório dos valores correspondentes: (i) à amortização mensal do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e (ii) ao pagamento mensal da Remuneração das Debêntures, conforme apurada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura (ambos referentes ao mês imediatamente anterior à constituição da referida reserva)."

16. Incluir o item 3.8.2 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.8.2. Para fins do disposto na presente Escritura, serão também considerados "Direitos Creditórios de Prestação de Serviços" aqueles direitos creditórios que venham a ser cedidos fiduciariamente em garantia em favor dos Debenturistas, de tempos em tempos, decorrentes de contratos de prestação de serviços da Emissora que complementem ou substituam os contratos de prestação de serviços de número 8500.0000059.09-2 e 8500.0000051.09-2."

17. Incluir o item 3.8.2.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.8.2.1. Observado o disposto no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e na Cláusula 6.2 desta Escritura, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com outras sociedades que não integrem o Sistema Petrobras (inclusive qualquer acionista da Companhia) deverá, durante toda a vigência das Debêntures, corresponder a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures."



18. Alterar o item 3.9., antigo item 3.10, da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.9. Garantia Adicional Fidejussória”

19. Alterar o item 3.9.10, antigo item 3.10.10, da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3.9.10. Em virtude da Fiança prestada pelo Fiador em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no Dia Útil imediatamente subsequente à data de sua assinatura, devendo ser registrada em tais competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada. O descumprimento dos prazos aqui estabelecidos ensejará o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da cláusula 7.1 e seguintes (conforme aplicável) desta Escritura.”

20. Alterar o item 4.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 4 de julho de 2011 (“Data de Emissão”).”*

21. Alterar o item 4.1.3. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.”*

22. Alterar o item 4.1.4. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de três anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 4 de julho de 2014 (“Data de Vencimento”). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento.”*

23. Alterar o item 4.1.6. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.6. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta:** Serão emitidas 160 (cento e sessenta) Debêntures, totalizando um valor global de R\$ 160.000.000,000 (cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão.”*



24. Alterar o item 4.2.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2.1. "As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br), capitalizada de uma sobretaxa de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis e deverá (observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.3 abaixo) ser paga ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

(...)

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

spread = 2,9000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última Data do Pagamento da Remuneração (conforme aplicável) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

(...)"

25. Alterar o item 4.3.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.3.1. A Remuneração será paga pela Emissora aos Debenturistas em periodicidade mensal, contada da Data de Emissão, ou seja, nos dias 4 de cada mês (cada uma dessas datas, uma "Data do Pagamento da Remuneração"), sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 4 de agosto 2011 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento."

26. Alterar o item 4.4.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em parcelas consecutivas, juntamente com a Remuneração, iniciando-se em 4 de agosto de 2011, conforme valores descritos na tabela abaixo:

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	VALOR AMORTIZADO POR DEBÊNTURE (EM R\$)
1ª	4 de agosto de 2011	2,7776%	27.776,00
2ª	4 de setembro de 2011	2,7776%	27.776,00
3ª	4 de outubro de 2011	2,7776%	27.776,00
4ª	4 de novembro de 2011	2,7776%	27.776,00
5ª	4 de dezembro de 2011	2,7776%	27.776,00
6ª	4 de janeiro de 2012	2,7776%	27.776,00

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	VALOR AMORTIZADO POR DEBÊNTURE (EM R\$)
7ª	4 de fevereiro de 2012	2,7776%	27.776,00
8ª	4 de março de 2012	2,7776%	27.776,00
9ª	4 de abril de 2012	2,7776%	27.776,00
10ª	4 de maio de 2012	2,7776%	27.776,00
11ª	4 de junho de 2012	2,7776%	27.776,00
12ª	4 de julho de 2012	2,7776%	27.776,00
13ª	4 de agosto de 2012	2,7776%	27.776,00
14ª	4 de setembro de 2012	2,7776%	27.776,00
15ª	4 de outubro de 2012	2,7776%	27.776,00
16ª	4 de novembro de 2012	2,7776%	27.776,00
17ª	4 de dezembro de 2012	2,7776%	27.776,00
18ª	4 de janeiro de 2013	2,7776%	27.776,00
19ª	4 de fevereiro de 2013	2,7776%	27.776,00
20ª	4 de março de 2013	2,7776%	27.776,00
21ª	4 de abril de 2013	2,7776%	27.776,00
22ª	4 de maio de 2013	2,7776%	27.776,00
23ª	4 de junho de 2013	2,7776%	27.776,00
24ª	4 de julho de 2013	2,7776%	27.776,00
25ª	4 de agosto de 2013	2,7776%	27.776,00
26ª	4 de setembro de 2013	2,7776%	27.776,00
27ª	4 de outubro de 2013	2,7776%	27.776,00
28ª	4 de novembro de 2013	2,7776%	27.776,00
29ª	4 de dezembro de 2013	2,7776%	27.776,00
30ª	4 de janeiro de 2014	2,7776%	27.776,00
31ª	4 de fevereiro de 2014	2,7776%	27.776,00
32ª	4 de março de 2014	2,7776%	27.776,00
33ª	4 de abril de 2014	2,7776%	27.776,00
34ª	4 de maio de 2014	2,7776%	27.776,00
35ª	4 de junho de 2014	2,7776%	27.776,00
36ª	4 de julho de 2014	2,7840%	27.840,00
		100,0000%	1.000.000,00

27. Alterar o item 4.5.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, ou, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados ao referido sistema, os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e Banco Escriurador (“Local de Pagamento”).”

28. Alterar o item 4.13.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND."

29. Alterar a Cláusula VI da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação, e ajustar ao longo da Escritura as referências a seus itens e subitens renumerados, conforme aplicável:

**"CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA
PARCIAL, AMORTIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PARCIAL, RESGATE ANTECIPADO
OBRIGATÓRIO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA**

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, realizar: (i) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total") ou (ii) a amortização facultativa parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Facultativa Parcial"), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação.

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Resgate Facultativo Total" ou "Comunicação de Amortização Facultativa Parcial", conforme o caso) com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data de Resgate Antecipado Facultativo Total") ou da efetiva Amortização Facultativa Parcial ("Data da Amortização Facultativa Parcial"), conforme o caso.

6.1.1.2. Na Comunicação de Resgate Facultativo Total deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) a menção do valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total e (b) de prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.1.3. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (i) a Data de Amortização Facultativa Parcial; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário que será amortizado nos termos desta Cláusula VI, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (iii) a menção do valor a ser amortizado nos termos desta Cláusula 6.1, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Facultativa Parcial e (b) de

prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o montante do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

6.2. Amortização Obrigatória Parcial e Resgate Antecipado Obrigatório Total

6.2.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1. acima, caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente no âmbito da Emissão venham a atingir valor inferior ao montante correspondente a: (i) 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, para os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com sociedades integrantes do sistema Petrobras; ou (ii) 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, para os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com outras sociedades que não integrem o sistema Petrobras (inclusive qualquer acionista da Companhia), e esse valor permaneça inferior a tais percentuais por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, a Emissora estará obrigada a realizar: (a) a amortização parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures, em todo caso, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, pro rata, todas as Debêntures em Circulação e que deverá ser realizada de maneira que a proporção entre os direitos creditórios que permanecerem onerados no âmbito da Emissão e o saldo devedor atualizado das Debêntures corresponda aos percentuais descritos nas alíneas (i) e (ii) desta Cláusula 6.2.1, de modo que esses percentuais passem novamente a ser atendidos ("Amortização Obrigatória Parcial"); ou (b) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, caso o percentual de amortização seja superior a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório Total").

6.2.1.1. Para fins de realização da Amortização Obrigatória Parcial e/ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, a Emissora deverá publicar comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Obrigatória Parcial" ou "Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total", conforme o caso) com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data da efetiva Amortização Obrigatória Parcial ("Data da Amortização Obrigatória Parcial") ou do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total"), conforme o caso.

6.2.1.2. Na Comunicação de Amortização Obrigatória Parcial deverá constar: (i) a Data de Amortização Obrigatória Parcial; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário que será amortizado nos termos desta Cláusula 6.2, a ser definido conforme previsto na Cláusula 6.2.1 acima; (iii) a menção do valor a ser amortizado nos termos desta Cláusula 6.2, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Obrigatória Parcial e (b) de qualquer outro valor devido pela Emissora aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Obrigatória Parcial.

6.2.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Obrigatório Total; (ii) a menção do valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Obrigatório Total e



(b) de qualquer outro valor devido pela Emissora aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

6.3. Caso ocorra o resgate antecipado ou a amortização antecipada, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo resgate antecipado ou amortização antecipada, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.3.1. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora sobre qualquer resgate antecipado ou amortização antecipada, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o resgate ou amortização, conforme o caso.

6.4. As Debêntures resgatadas ou integralmente amortizadas pela Emissora, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, serão obrigatoriamente canceladas.

6.5. A data para realização de qualquer resgate antecipado ou amortização antecipada no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.6. Aquisição Facultativa

6.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.6, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação."

30. Alterar o item 7.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação, e ajustar ao longo da Escritura as referências a suas alíneas renumeradas, conforme aplicável:

"7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):":

(a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;

(b) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a um dia útil, contado das datas de vencimento;

- (c) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures estabelecidas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico nos termos desta Escritura;
- (d) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, e/ou do Fiador em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (e) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais controladores da Emissora, do poder de controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora, ou qualquer de suas coligadas ou controladas, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e/ou contra o Fiador que não seja sanado no prazo legal contado a partir da ocorrência do evento, salvo se: (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme o caso; ou (ii) for cancelado;
- (g) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou do Fiador que, em conjunto ou isoladamente, resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento, conforme aplicável;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de aut falência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (i) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (j) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da tomadora;
- (k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) redução do capital social da Emissora, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

(m) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;

(n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura;

(o) vencimento antecipado, cancelamento, revogação ou qualquer fato que importe em término dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços e/ou dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sem a prestação de nova garantia real pela Emissora, devidamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, garantia esta que deverá ser constituída e levada a registro junto ao cartório competente no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que ocorrer o término dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços e/ou dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e que deverá corresponder a, no mínimo, (i) 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, no caso de novos recebíveis provenientes de contratos firmados com sociedades integrantes do Sistema Petrobras ou (ii) 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, no caso de novos recebíveis provenientes de contratos com outras empresas;

(p) insolvência, morte ou incapacidade civil do Fiador;

(q) contratação de empréstimos em valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem o prévio e expresso consentimento da totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral; e

(r) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência desta Escritura, da manutenção do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida / EBITDA abaixo de 2,5 ("Índice Financeiro"). O Índice Financeiro deverá ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora, sendo que a primeira verificação deverá ser realizada com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Emissora relativas ao período de 12 (doze) meses encerrado em 30 de setembro de 2011; e

(r.1) Para fins da presente cláusula:

"Dívida Financeira Líquida" significa a somatória da rubrica de empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, acrescida da rubrica de leasing financeiros e debêntures, excluída a rubrica de disponibilidades de caixa, aplicações financeiras.

"EBITDA" significa o lucro líquido da Emissora com base nos últimos 12 (doze) meses de apuração, acrescido da Despesa / Receita Financeira líquida, acrescida da provisão para a contribuição social e imposto de renda, acrescido das depreciações e amortizações.

(s) descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista na cláusula 6.2.1. desta Escritura; e

(t) descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista na alínea (z) cláusula 8.1 desta Escritura."



31. Alterar o item 7.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.1.1. A ocorrência dos eventos descritos na alíneas (a), (b), (c), (d), (g), (h), (k), (s) e (t) acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial."

32. Alterar e renumerar o item 7.1.1.1. da Escritura, que passa a vigorar, renumerado como 7.1.2, com a seguinte redação, e ajustar ao longo da Escritura as referências a tal item, conforme aplicável:

"7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de dois Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2.1 abaixo."

33. Alterar e renumerar o item 7.1.2 da Escritura, que passa a vigorar, renumerado como 7.1.2.1, com a seguinte redação, e ajustar ao longo da Escritura as referências a tal item, conforme aplicável:

"7.1.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures."

34. Alterar as alíneas "a", "e", "m", "n", "s" e "w" e incluir as alíneas "x", "y" e "z" do item 8.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

*(a) fornecer ao Agente Fiduciário:
(...)*

*a.8) em até 30 (trinta) dias após o término de cada trimestre: (i) as Informações Trimestrais consolidadas da Companhia, de forma a possibilitar a verificação, pelo Agente Fiduciário, do Índice Financeiro; e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final do Índice Financeiro, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação, pelo Agente Fiduciário, de tal Índice Financeiro, podendo ainda o Agente Fiduciário solicitar à Emissora os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
(...)*

(e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário, mediante contratação de auditor independente às expensas da Emissora, realize auditoria extraordinária



na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

(...)

(m) notificar o Agente Fiduciário, na data em que tomar ciência da ocorrência, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;

(n) não promover o resgate ou amortização de ações, não reduzir o capital, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou, ainda, realizar qualquer outro tipo de oferta, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;

(...)

(s) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;

(...)

(w) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Banco Escriurador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;

(x) constituir e/ou manter, conforme o caso, o domicílio bancário de contratos celebrados com sociedades integrantes ou não do Sistema Petrobras junto ao Banco do Brasil S.A. ou ao Banco Bradesco S.A., com crédito efetuado em conta de titularidade da Emissora, movimentável ou não pela Emissora, na proporção mínima de 3 vezes o saldo devedor das Debêntures;

(y) notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;

(z) apresentar, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência ao término do prazo de vigência de qualquer dos contratos que originam os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços, novos contratos em substituição ao respectivo contrato vincendo, observadas as proporções de garantia previstas na Cláusula 3.8.1.1 e na Cláusula 3.8.2.1, conforme aplicável."

35. Alterar a alínea "l" do item 9.2.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

(...)



*(l) que verificará, de acordo com os prazos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a regularidade da constituição das garantias reais e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, tendo em vista as características e procedimentos de constituição das referidas garantias;
(...)”*

36. Excluir a alínea “n” do item 9.2.1. da Escritura.

37. Alterar a alínea “o” do item 9.4.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
(...)”*

*(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Banco Escriturador e à CETIP;
(...)”*

38. Excluir a alínea “p” do item 9.4.1. da Escritura e, consequentemente: (i) renumerar as alíneas “q”, “r”, “s”, “t” e “u”; e (ii) ajustar ao longo da Escritura as referências a tais alíneas renumeradas, conforme aplicável.

39. Incluir o item 9.4.2. na Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.”

40. Incluir o item 9.4.3. na Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.”

41. Alterar o item 9.6.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais, sendo que a primeira parcela corresponderá ao montante de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e será devida no quinto Dia Útil a partir da data de celebração do primeiro aditamento à Escritura, enquanto cada uma das demais parcelas será equivalente ao valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e será devida na mesma data dos anos subseqüentes."

42. Alterar o item 9.7.3. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência (neste caso, no evento de improcedência na ação movida contra a Emissora e/ou Fiador nos termos desta Escritura) em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas."

43. Incluir o item 9.7.3.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.7.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência (neste caso, no evento de improcedência na ação movida contra a Emissora e/ou Fiador nos termos desta Escritura) em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas."

44. Alterar o item 9.7.5. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações."



45. Alterar a alínea “p” do item 11.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“11.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:
(...)

(p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7 desta Escritura; e
(...)”

46. Alterar o item 12.1.1. da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
(...)

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srta. Nathalia Machado
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4640
E-mail: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Banco Escriurador:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli / Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros
Tel.: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: _4010.mpoli@bradesco.com.br / 4010.persia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br”

47. Alterar o item 12.9.1 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“12.9.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”



48. Todos os demais termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo I.

49. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que todas as declarações e garantias previstas no item 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Primeiro Aditamento.

50. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando as Partes, assim, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

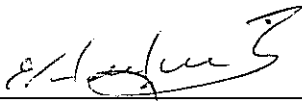
Belo Horizonte, 20 de junho de 2011.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de Assinatura 1/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Egesa Engenharia S.A., celebrado em 20 de junho de 2011)

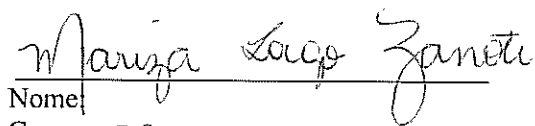
EGESA ENGENHARIA S.A.


Nome: EUSEBIO RISCIRO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome:
Cargo:

(Página de Assinatura 2/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Egesa Engenharia S.A., celebrado em 20 de junho de 2011)


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: _____
Cargo: PROCURADORA.

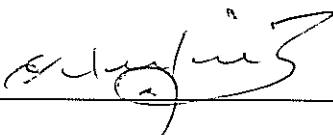


(Página de Assinatura 3/3 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Egesa Engenharia S.A., celebrado em 20 de junho de 2011)

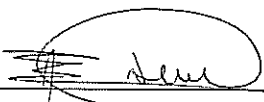
Sr. ELMO TEODORO RIBEIRO



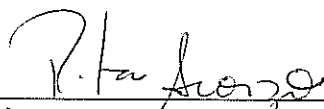
Sra. ANA LUIZA DIAS BATISTA TEODORO RIBEIRO



Testemunhas:



Nome: **Andréa Ribeiro**
CPF/MF: **RG. 23.126.528-1 SSP/SP**
CPF. 149.218.078-60



Nome: **Rita Scorzo**
CPF/MF: **RG. 19.144.022-X**
CPF. 104.407.778-60



ANEXO I
ESCRITURA CONSOLIDADA

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, COM GARANTIAS ADICIONAIS, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA EGESA ENGENHARIA S.A.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de junho de 2010 (“AGE de 17/06/10”) e da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de junho de 2011 (“AGE de 17/06/11” e, em conjunto com a AGE de 17/06/10, “AGES”), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nas AGES; e (c) a constituição das Garantias Reais, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantias adicionais, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, pela Emissora (respectivamente, “Emissão” ou “Oferta” e “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



2.2. Arquivamento nas Juntas Comerciais e Publicação da Ata de Assembleia Geral

2.2.1. A ata da AGE de 17/06/10 foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (“JUCEMG”) em 5 de julho de 2010, sob o nº 4366922 e publicada em 18 de junho 2011 no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal “Hoje em Dia” (“Jornais de Publicação”). A ata da AGE de 17/06/11 será registrada na JUCEMG e publicada nos Jornais de Publicação.

2.3. Arquivamento da Escritura na JUCEMG

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCEMG, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Constituição das Garantias Adicionais

2.4.1. As garantias adicionais descritas na Cláusula 3.8 abaixo foram aprovadas pelas AGEs e serão devidamente constituídas mediante o registro dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devendo a Emissora encaminhar uma via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis.

2.5. Registro da Fiança

2.5.1. Em virtude da fiança a que se refere a Cláusula 3.9 abaixo, a ser prestada pelo Fiador em benefício dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”), a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada nos cartórios competentes, devendo a Emissora encaminhar uma via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis.

2.6. Registro para Colocação e Negociação

2.6.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.



CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (i) a execução de obras públicas e particulares nas áreas de construção civil, obras rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, barragens e saneamento; (ii) serviços de engenharia elétrica e eletromecânica; (iii) gerenciamento, consultoria técnica e execução de projetos na área de engenharia civil e elétrica; (iv) serviços de elaboração de projeto executivo, construção, montagem, ensaios, testes e condicionamento de distribuição de gás natural; (v) serviços de prospecção, exploração e comercialização de petróleo e gás natural; (vi) locação e comércio de imóveis próprios, máquinas, equipamentos, materiais de construção e massa asfáltica; (vii) incorporação de imóveis; (viii) coleta de lixo urbano, hospitalar, industrial e serviços de capina, varrição e limpeza urbana em geral; (ix) gerenciamento e gestão, construção, remediação, recuperação e operação de aterros sanitários e de resíduos sólidos; (x) conservação de rodovias e obras rodoviárias; (xi) participação no mercado de concessões públicas para exploração de rodovias federais e estaduais e para serviços de vistoria, inspeção de segurança e de emissão de gases e ruídos em veículos automotores e exploração de concessões públicas em geral, de forma individual ou associadamente, inclusive em consórcios; (xii) exploração de atividades pecuárias, extrativismo vegetal, seu beneficiamento e comercialização; e (xiii) exportação de serviços de engenharia relacionados com o objeto da sociedade, bem como de outras atividades correlatas.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a terceira emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 160.000.000,000 (cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o BB-BI e o Bradesco BBI, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantias Adicionais, em Série Única, da Terceira Emissão da Egesa Engenharia S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados”: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.2. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.2.3. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.5.2.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta.

3.5.2.5. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Banco Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e banco escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. (“Banco Mandatário” e “Banco Escriturador”).

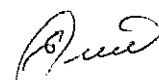
3.6.2. O Banco Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia, promovendo assim o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

3.8. Garantias Adicionais Reais

3.8.1. Conforme aprovado pelas AGEs, as Debêntures contarão com as seguintes garantias adicionais reais (em conjunto, “Garantias Reais”): (i) cessão fiduciária sobre parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora provenientes dos contratos de prestação de serviços de número 8500.0000059.09-2 e 8500.0000051.09-2 celebrados pela Companhia como parte integrante de consórcio, de um lado, e quaisquer das sociedades integrantes do Sistema Petrobras, do outro lado (“Direitos Creditórios de Prestação de Serviços”); e (ii) cessão fiduciária sobre os créditos bancários de titularidade da Emissora (“Créditos Bancários”) disponibilizados na conta vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável pela Companhia (“Conta Vinculada”), a ser mantida na instituição financeira que atuará como banco depositário (“Banco Depositário”). As Garantias Reais serão constituídas nos termos de instrumentos particulares de cessão fiduciária em garantia a serem celebrados, até a data de liquidação, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Banco Depositário e a(s) sociedade(s) integrante(s) do respectivo consórcio, na qualidade de interveniente(s) anuente(s) (“Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”).



3.8.1.1. Observado o disposto no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e na Cláusula 6.2 desta Escritura, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com sociedades integrantes do Sistema Petrobras deverá, durante toda a vigência das Debêntures, corresponder a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures.

3.8.1.2. Os Créditos Bancários cedidos fiduciariamente englobarão, para todos os fins e efeitos, os recursos integrantes de reserva de garantia a ser constituída, nos termos do respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em até seis meses contados da data da subscrição das Debêntures mediante o depósito na Conta Vinculada de montante equivalente a 300% (trezentos por cento) do resultado do somatório dos valores correspondentes: (i) à amortização mensal do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e (ii) ao pagamento mensal da Remuneração das Debêntures, conforme apurada nos termos da Cláusula 4.2 desta Escritura (ambos referentes ao mês imediatamente anterior à constituição da referida reserva).

3.8.2. Para fins do disposto na presente Escritura, serão também considerados “Direitos Creditórios de Prestação de Serviços” aqueles direitos creditórios que venham a ser cedidos fiduciariamente em garantia em favor dos Debenturistas, de tempos em tempos, decorrentes de contratos de prestação de serviços da Emissora que complementem ou substituam os contratos de prestação de serviços de número 8500.0000059.09-2 e 8500.0000051.09-2.

3.8.2.1. Observado o disposto no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e na Cláusula 6.2 desta Escritura, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com outras sociedades que não integrem o Sistema Petrobras (inclusive qualquer acionista da Companhia) deverá, durante toda a vigência das Debêntures, corresponder a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures.

3.9. Garantia Adicional Fidejussória

3.9.1. As Debêntures são garantidas por fiança (“Fiança”), prestada pelo Fiador qualificado no preâmbulo desta Escritura, constituída neste ato, que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas, na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), e Artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

3.9.2. A Fiança visa a garantir o integral e pontual pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura (“Valor Garantido”).

3.9.3. A Fiança aqui referida é prestada pelo Fiador em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos termos aqui previstos e em conformidade com o Artigo 818 do Código Civil.



3.9.3.1. Firma a presente Escritura, como interveniente anuente, a Sra. Ana Luiza Dias Batista Teodoro Ribeiro, acima qualificada, que consente sem qualquer restrição às obrigações assumidas por seu cônjuge, o Sr. Elmo Teodoro Ribeiro, nesta Escritura, atendendo ao disposto no artigo 1.647 do Código Civil.

3.9.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.9.5. O Valor Garantido será pago pelo Fiador no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.9.6. O pagamento citado no item 3.9.5 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.9.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.9.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.9.9. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada.

3.9.10. Em virtude da Fiança prestada pelo Fiador em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no Dia Útil imediatamente subsequente à data de sua assinatura, devendo ser registrada em tais competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada. O descumprimento dos prazos aqui estabelecidos ensejará o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da cláusula 7.1 e seguintes (conforme aplicável) desta Escritura.

3.9.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, inclusive nos casos de repactuação ou prorrogação.

3.9.12. O Fiador desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura.



CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 4 de julho de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do artigo 58, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.4. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de três anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 4 de julho de 2014 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata a Cláusula 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Quantidade de Debêntures e Valor Total da Oferta:** Serão emitidas 160 (cento e sessenta) Debêntures, totalizando um valor global de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

4.2.1. As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br), capitalizada de uma sobretaxa de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverá (observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.3 abaixo) ser paga ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do Resgate Antecipado ou do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, conforme o caso). O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme aplicável), informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento; e

FatorJuros = fator de juros, calculado com nove casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro; e
 TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculada com oito casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com duas casas decimais; e

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos calculada com nove casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

spread = 2,9000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última Data do Pagamento da Remuneração (conforme aplicável) e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.1.3. Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.2.1.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.1.5, 4.2.1.6 e 4.2.1.7 abaixo.

4.2.1.5 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de dois Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.1.6 abaixo.

4.2.1.6 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data Amortização imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 4.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo da Remuneração.

4.2.1.7 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.8 Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

4.2.1.9 Para fins da presente Escritura, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data do Pagamento da Remuneração do Período de Capitalização em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.3. Pagamento da Remuneração

4.3.1 A Remuneração será paga pela Emissora aos Debenturistas em periodicidade mensal, contada da Data de Emissão, ou seja, nos dias 4 de cada mês (cada uma dessas datas, uma “Data do Pagamento da Remuneração”), sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 4 de agosto de 2011 e o último pagamento ocorrerá na Data de Vencimento.



4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em parcelas consecutivas, juntamente com a Remuneração, iniciando-se em 4 de agosto de 2011, conforme valores descritos na tabela abaixo:

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	VALOR AMORTIZADO POR DEBÊNTURE (EM R\$)
37ª	4 de agosto de 2011	2,7776%	27.776,00
38ª	4 de setembro de 2011	2,7776%	27.776,00
39ª	4 de outubro de 2011	2,7776%	27.776,00
40ª	4 de novembro de 2011	2,7776%	27.776,00
41ª	4 de dezembro de 2011	2,7776%	27.776,00
42ª	4 de janeiro de 2012	2,7776%	27.776,00
43ª	4 de fevereiro de 2012	2,7776%	27.776,00
44ª	4 de março de 2012	2,7776%	27.776,00
45ª	4 de abril de 2012	2,7776%	27.776,00
46ª	4 de maio de 2012	2,7776%	27.776,00
47ª	4 de junho de 2012	2,7776%	27.776,00
48ª	4 de julho de 2012	2,7776%	27.776,00
49ª	4 de agosto de 2012	2,7776%	27.776,00
50ª	4 de setembro de 2012	2,7776%	27.776,00
51ª	4 de outubro de 2012	2,7776%	27.776,00
52ª	4 de novembro de 2012	2,7776%	27.776,00
53ª	4 de dezembro de 2012	2,7776%	27.776,00
54ª	4 de janeiro de 2013	2,7776%	27.776,00
55ª	4 de fevereiro de 2013	2,7776%	27.776,00
56ª	4 de março de 2013	2,7776%	27.776,00
57ª	4 de abril de 2013	2,7776%	27.776,00
58ª	4 de maio de 2013	2,7776%	27.776,00
59ª	4 de junho de 2013	2,7776%	27.776,00
60ª	4 de julho de 2013	2,7776%	27.776,00
61ª	4 de agosto de 2013	2,7776%	27.776,00
62ª	4 de setembro de 2013	2,7776%	27.776,00
63ª	4 de outubro de 2013	2,7776%	27.776,00
64ª	4 de novembro de 2013	2,7776%	27.776,00
65ª	4 de dezembro de 2013	2,7776%	27.776,00
66ª	4 de janeiro de 2014	2,7776%	27.776,00
67ª	4 de fevereiro de 2014	2,7776%	27.776,00
68ª	4 de março de 2014	2,7776%	27.776,00
69ª	4 de abril de 2014	2,7776%	27.776,00
70ª	4 de maio de 2014	2,7776%	27.776,00
71ª	4 de junho de 2014	2,7776%	27.776,00
72ª	4 de julho de 2014	2,7840%	27.840,00
		100,0000%	1.000.000,00

4.5. Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, ou, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados ao referido sistema, os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário e Banco Escriturador ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no Local de Pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: (i) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1 A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional.

4.11. Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.



4.12. Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores (<http://www.egesa.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de dez Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pelo Fiador, pelo Agente Fiduciário e pela Interveniente Anuente e posteriormente arquivados na JUCEMG, bem como registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL, AMORTIZAÇÃO OBRIGATÓRIA PARCIAL, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, realizar: (i) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"); ou (ii) a amortização facultativa parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Facultativa Parcial"), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação.



6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Comunicação de Resgate Facultativo Total” ou “Comunicação de Amortização Facultativa Parcial”, conforme o caso) com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data de Resgate Antecipado Facultativo Total”) ou da efetiva Amortização Facultativa Parcial (“Data da Amortização Facultativa Parcial”), conforme o caso.

6.1.1.2. Na Comunicação de Resgate Facultativo Total deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) a menção do valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total e (b) de prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o saldo devedor atualizado das Debêntures; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.1.3. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (i) a Data de Amortização Facultativa Parcial; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário que será amortizado nos termos desta Cláusula VI, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (iii) a menção do valor a ser amortizado nos termos desta Cláusula 6.1, acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Facultativa Parcial e (b) de prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o montante do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

6.2. Amortização Obrigatória Parcial e Resgate Antecipado Obrigatório Total

6.2.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.1. acima, caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, o somatório dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente no âmbito da Emissão venham a atingir valor inferior ao montante correspondente a: (i) 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, para os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com sociedades integrantes do sistema Petrobras; ou (ii) 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, para os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços cedidos fiduciariamente decorrentes de contratos firmados com outras sociedades que não integrem o sistema Petrobras (inclusive qualquer acionista da Companhia), e esse valor permaneça inferior a tais percentuais por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, a Emissora estará obrigada a realizar: (a) a amortização parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures, em todo caso, limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, *pro rata*, todas as Debêntures em Circulação e que deverá ser realizada de maneira que a proporção entre os direitos creditórios que permanecerem onerados no âmbito da Emissão e o saldo devedor atualizado das Debêntures corresponda aos percentuais descritos nas alíneas (i) e (ii) desta Cláusula 6.2.1, de modo que esses percentuais passem novamente a ser atendidos (“Amortização Obrigatória Parcial”); ou (b) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, caso o percentual de amortização seja superior a 95% (noventa e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Resgate Antecipado Obrigatório Total”).



6.2.1.1. Para fins de realização da Amortização Obrigatória Parcial e/ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total, a Emissora deverá publicar comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura (“Comunicação de Amortização Obrigatória Parcial” ou “Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total”, conforme o caso) com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data da efetiva Amortização Obrigatória Parcial (“Data da Amortização Obrigatória Parcial”) ou do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total (“Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total”), conforme o caso.

6.2.1.2. Na Comunicação de Amortização Obrigatória Parcial deverá constar: (i) a Data de Amortização Obrigatória Parcial; (ii) o percentual do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário que será amortizado nos termos desta Cláusula 6.2, a ser definido conforme previsto na Cláusula 6.2.1 acima; (iii) a menção do valor a ser amortizado nos termos desta Cláusula 6.2, acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Obrigatória Parcial e (b) de qualquer outro valor devido pela Emissora aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Obrigatória Parcial.

6.2.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá constar: (i) a Data de Resgate Antecipado Obrigatório Total; (ii) a menção do valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Obrigatório Total e (b) de qualquer outro valor devido pela Emissora aos Debenturistas no âmbito da presente Emissão; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

6.3. Caso ocorra o resgate antecipado ou a amortização antecipada, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo resgate antecipado ou amortização antecipada, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.3.1. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora sobre qualquer resgate antecipado ou amortização antecipada, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o resgate ou amortização, conforme o caso.

6.4. As Debêntures resgatadas ou integralmente amortizadas pela Emissora, conforme previsto nos itens 6.1 e 6.2 acima, serão obrigatoriamente canceladas.

6.5. A data para realização de qualquer resgate antecipado ou amortização antecipada no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.6. Aquisição Facultativa

6.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.6, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao tomar ciência da ocorrência das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (b) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a um dia útil, contado das datas de vencimento;
- (c) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures estabelecidas nesta Escritura, não sanadas no prazo de 10 (dez) dias da comunicação do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico nos termos desta Escritura;
- (d) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, e/ou do Fiador em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (e) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pelos atuais controladores da Emissora, do poder de controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembléia específica;
- (f) protesto de títulos contra a Emissora, ou qualquer de suas coligadas ou controladas, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e/ou contra o Fiador que não seja sanado no prazo legal contado a partir da ocorrência do evento, salvo se: (i) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme o caso; ou (ii) for cancelado.
- (g) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou do Fiador que, em conjunto ou isoladamente, resultem ou possam resultar em obrigação de pagamento para a Emissora, de valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento, conforme aplicável;
- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- (i) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

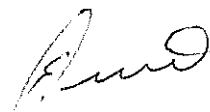


- (j) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da tomadora;
- (k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) redução do capital social da Emissora, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (o) vencimento antecipado, cancelamento, revogação ou qualquer fato que importe em término dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços e/ou dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sem a prestação de nova garantia real pela Emissora, devidamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, garantia esta que deverá ser constituída e levada a registro junto ao cartório competente no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que ocorrer o término dos Direitos Creditórios de Prestação de Serviços e/ou dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e que deverá corresponder a, no mínimo, (i) 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, no caso de novos recebíveis provenientes de contratos firmados com sociedades integrantes do Sistema Petrobras ou (ii) 200% (duzentos por cento) do saldo devedor atualizado das Debêntures, no caso de novos recebíveis provenientes de contratos com outras empresas;
- (p) insolvência, morte ou incapacidade civil do Fiador;
- (q) contratação de empréstimos em valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sem o prévio e expresso consentimento da totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral;
- (r) não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência desta Escritura, da manutenção do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida / EBITDA abaixo de 2,5 ("Índice Financeiro"). O Índice Financeiro deverá ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora, sendo que a primeira verificação deverá ser realizada com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Emissora relativas ao período de 12 (doze) meses encerrado em 30 de setembro de 2011;

(r.1) Para fins da presente cláusula:

"Dívida Financeira Líquida" significa a somatória da rubrica de empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, acrescida da rubrica de *leasing* financeiros e debêntures, excluída a rubrica de disponibilidades de caixa, aplicações financeiras.

"EBITDA" significa o lucro líquido da Emissora com base nos últimos 12 (doze) meses de apuração, acrescido da Despesa / Receita Financeira líquida, acrescida da provisão para a contribuição social e imposto de renda, acrescido das depreciações e amortizações.



- (s) descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista na cláusula 6.2.1. desta Escritura; e
- (t) descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista na alínea (z) cláusula 8.1 desta Escritura.

7.1.1. A ocorrência dos eventos descritos na alíneas (a), (b), (c), (d), (g), (h), (k), (s) e (t) acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de dois Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.2.1 abaixo.

7.1.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere à Cláusula 7.1.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.3. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.2.1 supra, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, exceto no caso de suspensão dos trabalhos na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou três Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras;
 - a.2) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, em até três Dias Úteis da data em que forem divulgados ao mercado;



- a.3) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora ou pelo Fiador, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas;
- a.4) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até cinco Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- a.5) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, imediatamente após a sua verificação. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora e/ou do Fiador contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora e/ou do Fiador pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até três Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, ("Instrução CVM 358") enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, observado o prazo máximo aqui previsto;
- a.6) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- a.7) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea (I) do item 9.4.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM; e
- a.8) em até 30 (trinta) dias após o término de cada trimestre: (i) as Informações Trimestrais consolidadas da Companhia, de forma a possibilitar a verificação, pelo Agente Fiduciário, do Índice Financeiro; e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final do Índice Financeiro, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação, pelo Agente Fiduciário, de tal Índice Financeiro, podendo ainda o Agente Fiduciário solicitar à Emissora os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (b) comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (c) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (d) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário, mediante



contratação de auditor independente às expensas da Emissora, realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;

- (f) convocar, nos termos dos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia;
- (h) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (i) manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários;
- (j) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados aos atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (k) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (l) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (m) notificar o Agente Fiduciário, na data em que tomar ciência da ocorrência, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (n) não promover o resgate ou amortização de ações, não reduzir o capital, não pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou, ainda, realizar qualquer outro tipo de oferta, quando estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Emissora porventura façam jus, cessando esta proibição quando purgada a mora;
- (o) tomar as medidas necessárias para:
 - o.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e/ou de suas controladas dentro dos respectivos objetos sociais e das práticas comerciais usuais;

- o.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, excetuando-se pelo desgaste normal; e
- o.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, sem se limitar a, fiscais, trabalhistas e comerciais, ressalvadas as obrigações que, individualmente ou em conjunto, não causem um efeito adverso relevante sobre as Debêntures ou sobre as garantias prestadas em favor dos Debenturistas.
- (p) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- (q) manter seus ativos operacionais relevantes e/ou de suas controladas adequadamente seguros, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora e/ou de suas controladas;
- (r) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens;
- (s) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.7 acima;
- (t) atender de forma eficiente às solicitações razoáveis e fundamentadas dos titulares das Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (u) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja;
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.



- (v) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (w) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário e Banco Escriurador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (x) constituir e/ou manter, conforme o caso, o domicílio bancário de contratos celebrados com sociedades integrantes ou não do Sistema Petrobras junto ao Banco do Brasil S.A. ou ao Banco Bradesco S.A., com crédito efetuado em conta de titularidade da Emissora, movimentável ou não pela Emissora, na proporção mínima de 3 vezes o saldo devedor das Debêntures;
- (y) notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
- (z) apresentar, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência ao término do prazo de vigência de qualquer dos contratos que originam os Direitos Creditórios de Prestação de Serviços, novos contratos em substituição ao respectivo contrato vincendo, observadas as proporções de garantia previstas na Cláusula 3.8.1.1 e na Cláusula 3.8.2.1, conforme aplicável.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a Pentágono S.A. DTVM, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a regularidade da constituição da garantia fluante outorgada no âmbito da Oferta, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28;
- (l) que verificará, de acordo com os prazos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a regularidade da constituição das garantias reais e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, tendo em vista as características e procedimentos de constituição das referidas garantias; e
- (m) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e oito dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica



sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos cartórios de protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - l.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - l.7) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas no prazo máximo de quatro meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na CETIP; e



m.5) na sede dos Coordenadores.

- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m”;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Banco Escriturador e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

q.1) à CVM; e

q.2) à CETIP.

- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (s) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em seu site (<http://www.pentagonotrustee.com.br>); e
- (t) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais, sendo que a primeira parcela corresponderá ao montante de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) e será devida no quinto Dia Útil a partir da data de celebração do primeiro aditamento à Escritura, enquanto cada uma das demais parcelas será equivalente ao valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) e será devida na mesma data dos anos subsequentes.

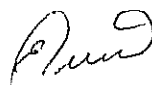
9.6.1.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à: (i) execução das garantias, caso aplicável; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas cinco dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de “relatório de horas”. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: (i) de garantias, caso aplicável; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado.

9.6.1.2. As remunerações previstas nos itens 9.6.1 e 9.6.1.1 acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.1.3. As parcelas da remuneração referenciadas nos itens 9.6.1 e 9.6.1.1 acima serão atualizadas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir da Data de Emissão.

9.6.1.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.1.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da



remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

9.6.1.6. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.1.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

9.6.1.8. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada no item 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

9.6.3. As parcelas da remuneração mencionada no item 9.6.1 acima serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.4. Na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento da remuneração mencionada no item 9.6.1 acima por um período superior a 30 dias, referida remuneração será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em dez Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência (neste caso, no evento de improcedência na ação movida contra a Emissora e/ou Fiador nos termos desta Escritura) em ações



judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas.

9.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA X

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetue suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de



anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, em um prazo de oito dias, contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, caso aplicável; e
- (b) qualquer alteração: (i) na Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.1.6 acima; (ii) em quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e/ou (iii) na espécie das Debêntures; em qualquer destas três hipóteses, será necessária a aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



10.3.4 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

11.1. Declarações da Emissora

11.1.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, tendo os representantes legais que assinam esta Escritura poderes para assumir, em seu nome, as obrigações estabelecidas;
- (d) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (e) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (g) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto



substancial e adverso à Emissora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;

- (h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora e pelo Fiador, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e do Fiador, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e do Fiador em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (l) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura;
- (o) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de quatro meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7 desta Escritura; e
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

11.2. Declarações do Fiador

11.2.1. O Fiador declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível do Fiador, exequível de acordo com seus termos e condições;



- (b) a celebração da presente Escritura e a outorga da fiança não infringem qualquer lei ou restrição contratual que vincule ou afete o Fiador, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de nenhum ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem do Fiador, exceto por aqueles já existentes na presente data; e/ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelo Fiador de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCEMG e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (d) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo o Fiador perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da fiança;
- (e) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas; e
- (f) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da fiança.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

EGESA ENGENHARIA S.A.
Rua Henriqueto Cardinalli, nº 200 – Olhos D'Água
CEP 30390-082 – Belo Horizonte, MG
At.: Sr. David Rocha Guimarães
Tel.: (31) 2108-1944
Fax: (31) 2108-1945
E-mail: dguimaraes@egesa.com.br

Para o Fiador:

SR. ELMO TEODORO RIBEIRO
Rua Henriqueto Cardinalli, nº 200 – Olhos D'Água
CEP 30390-082 – Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 2108-1976
Fax: (31) 2108-1976
E-mail: eteodoro@egesa.com.br



Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DTVM
Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
CEP 22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srta. Nathalia Machado
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4640
E-mail: trustee@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Mandatário e Banco Escriurador:

BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/ nº, Prédio Amarelo, 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco – SP
At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli / Sra. Pérsia Alves Gonçalves de Barros
Tel.: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br / 4010.persia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até dois Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora e/ou do Fiador prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Fiador nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Para prestar os serviços aqui especificados e tomar as decisões necessários com relação ao aqui disposto, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da



Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. A presente Escritura, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Custos de Registro

12.7.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários e dos instrumentos de garantia relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.8. Lei Aplicável

12.8.1 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.9. Foro

12.9.1 Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

